



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA  
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS**

**THAINARA CARLA LIMA CAMBERIMBA DA SILVA**

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL E O CONFLITO ENTRE A  
EMPRESA SUZANO PAPEL E CELULOSE E O ACAMPAMENTO VIVA DEUS**

**IMPERATRIZ – MA  
2018**

**THAINARA CARLA LIMA CAMBERIMBA DA SILVA**

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL E O CONFLITO ENTRE A  
EMPRESA SUZANO PAPEL E CELULOSE E O ACAMPAMENTO VIVA DEUS**

**Monografia apresentada como pré-requisito  
para obtenção do título de licenciado em  
Ciências Humanas/Sociologia, da  
Universidade Federal do Maranhão,  
CCSST. Imperatriz.**

**Orientador: Prof. Dr. Alexandre Peixoto  
Faria Nogueira**

**IMPERATRIZ - MA  
2018**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Silva, Thainara Carla Lima Camberimba da.

A reestruturação produtiva no Brasil e o conflito entre a empresa Suzano Papel e Celulose e o Acampamento Viva Deus / Thainara Carla Lima Camberimba da Silva. - 2018.

52 f.

Orientador(a): Alexandre Peixoto Faria Nogueira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz - MA, 2018.

1. Conflito Social. 2. Espaço. 3. Reestruturação Produtiva. 4. Território. I. Nogueira, Alexandre Peixoto Faria. II. Título.

**THAINARA CARLA LIMA CAMBERIMBA DA SILVA**

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL E O CONFLITO ENTRE A  
EMPRESA SUZANO PAPEL E CELULOSE E O ACAMPAMENTO VIVA DEUS**

Monografia apresentada em 21 de Dezembro de 2018.

Comissão Examinadora:

---

Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira  
(1º examinador – orientador – UFMA/CCSST/LCH)

---

Profª. Doutoranda. Gilvânia Ferreira da Silva  
(2º examinador – UEMASUL)

---

Profª. Drª. Betania Oliveira Barroso  
(3º examinador – UFMA/CCSST/LCH)

**IMPERATRIZ –MA  
2018**

## **DEDICATÓRIA**

A minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela oportunidade de ser quem sou. A todos que contribuíram para a minha formação, em especial aos meus pais. Eduardo Terso Camberimba da Silva e Meire Rute Duarte Lima.

Ao meu orientador Alexandre Peixoto Faria Nogueira, pela força que me deu em cada etapa da pesquisa, as leituras que me indicou que foram de grande valia para o meu amadurecimento acadêmico.

Agradecer a banca examinadora, nas pessoas de Betania Barroso e Gilvânia Ferreira, pela disponibilidade em se fazerem presente nessa etapa da minha carreira acadêmica.

Por fim, porém mais importante, aos homens e mulheres da Comunidade Viva Deus, que me acolheram tão bem. Que são exemplos de resistência e força.

*“Meu escritório é na praia  
eu tô sempre na área mais eu  
não sou da tua laia não” .  
(Charlie Brown Jr.)*

## **RESUMO**

**Resumo:** No Brasil, a distribuição desigual de terras é resultado do processo histórico da formação socio-espacial. O modo de produção capitalista, por ser um sistema produtivo que as relações sociais são desiguais, a produção do espaço e o desenvolvimento territorial refletem tal desigualdade, expondo seu caráter classista e, conseqüentemente, excludente. A busca pela reprodução ampliada do capital, em especial, o agrário evidencia o caráter classista do Estado ao priorizar os interesses dos latifundiários, o desenvolvimento da agricultura capitalista em detrimento a agricultura camponesa, como é o caso do plano de ordenamento e desenvolvimento territorial do MATOPIBA. Este trabalho tem como objetivo analisar a reestruturação produtiva do campo maranhense, tendo como centralidade o conflito entre a Suzano e os Acampados da Viva Deus.

**Palavras-chaves:** Reestruturação Produtiva. Espaço. Território. Conflito Social.

## **ABSTRACT**

**Abstract:** In Brazil, the unequal distribution of land is a result of the historical process of socio-spatial formation. The capitalist mode of production, because it is a productive system that social relations are unequal, the production of space and territorial development reflect such inequality, exposing its classist and, consequently, exclusionary character. The search for the broader reproduction of capital, especially the agrarian, shows the classist character of the State by prioritizing the interests of landowners, the development of capitalist agriculture to the detriment of peasant agriculture, as is the case with the land planning and development plan of MATOPIBA . The objective of this work is to analyze the productive restructuring of the Maranhão countryside, with the centrality of the conflict between Suzano and Acampados da Viva Deus.

**Keywords:** Productive Restructuring. Space. Territory. Social Conflict.

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO:.....   | 7  |
| 2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL.....   | 15 |
| 2.1 A reestruturação produtiva como instrumento do capital .....   | 17 |
| 2.1.1 A reestruturação produtiva no campo maranhense. ....   | 20 |
| 2.2 O plantio de eucalipto na micro região de Imperatriz .....   | 23 |
| 2.2.1 O impacto da chegada do eucalipto na estrada do Arroz.....   | 24 |
| 3.0 A QUESTÃO AGRÁRIA .....  | 26 |
| 3.1 A questão agrária no Maranhão. ....  | 26 |
| 4.0 O ACAMPAMENTO VIVA DEUS: TERRITÓRIO DE LUTA< RESISTÊNCIA E<br>ESPERANÇA.....                               | 31 |
| 4.1 Formação territorial e conflito entre o Acampamento Viva Deus e a Empresa Suzano<br>Papel e Celulose ..... | 35 |
| 4.2 A criminalização da luta .....   | 39 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 45 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 47 |



## 1 INTRODUÇÃO:

No Brasil a reestruturação produtiva do capital tem como base o Estado neoliberal. O neoliberalismo começou uma sucessão de ataques ofensivos no que diz respeito o controle do mercado através do estado tomando como base o ideológico da reestruturação produtiva deixando assim a economia nas mãos de grandes corporações. Nesse cenário o campo brasileiro é visto como estratégia do capital para a instalação das grandes corporações facilitando o fortalecimento de tais, e passam a controlar uma grande parte da produção brasileira.

Com a rápida modernização no campo, os camponeses são desapropriados de suas terras, a mão de obra passa a ser substituída por máquinas, sendo obrigados a vender sua força de trabalho para os donos dos meios de produção. Um exemplo desse fator é o agronegócio que é encarregado de transformar o campo num meio de produção que tende a buscar lucro e fazer parte da demanda mundial do grande capital.

O Brasil começou a ser um grande exportador de celulose, mas em resposta a isso passou a ser um dos maiores importadores de alimentos da base, aqueles que eram para serem produzidos nos solos brasileiros, mas com o grande empobrecimento do solo devido as plantações de celulose fica impossibilitado a produção de qualquer tipo de alimento.

Outra forma perversa de atacar os camponeses é através de um projeto de governo chamado MATOPIBA, que além de prejudicar os camponeses e outros povos que, há anos, buscam a regularização de suas terras, faz aumentar a grilagem das terras e a violência de forma mais explícita por parte do Capital.

Sendo a reestruturação resultado de mudanças sociais e espaciais, estudaremos a reestruturação produtiva a partir do capitalismo que é entendido como um fenômeno que é socioespacial, pois surge do processo social capitalista tardio e do processo espacial de desconcentração. A reestruturação não pode ser estudada ou vista como algo estático ou meramente mecânico, temos de entender que tal processo é dialético.

Considerando que as estruturas são momentos provisórios, como afirmou Lefebvre (1971) podemos dizer que a reestruturação é um movimento ao mesmo tempo de “continuidades” e “descontinuidades”. A reestruturação produtiva do capital só ocorre quando as estruturas vigentes já não atendem às necessidades do capital, nesse sentido a reestruturação é uma válvula de escape para a crise estrutural do capital.

Como sabemos o espaço é organizado de tal forma que faça o capital crescer, dá lucro através da circulação de mercadorias, nesse contexto percebe-se que o campo está sendo

adaptado e organizado para o mesmo fim – a produção e arrecadação do capital.

Em resposta a esse modelo perverso de reestruturação produtiva, se destacam os camponeses que travam uma luta constante para sua inserção na legislação trabalhista e para ter moradia – direito garantido na Constituição-sempre em confronto com o poder exercido pelos proprietários de terras e latifundiários que na maioria das vezes sempre tem razão perante o judiciário de exercer tamanha crueldade com os assentados.

Essa luta se dá de diversas formas, seja por meio de ocupações de terra, de atos públicos, greves, ocupações de prédios públicos, etc., essas ações ajudam no fortalecimento, união e consciência de classe. Uma das grandes lutas – sempre desiguais e em desvantagem- que os Acampados da fazenda El Dourado vem travando, é o direito de serem Assentados, direito já garantido por meio de um decreto que dá aos acampados o direito a terra, mas que ainda não conseguiram devido a instalação e permanência da empresa Suzano Papel e Celulose - que os ataca constantemente por vezes por meio de atos de violência explícita.

Partindo de ideia de István Mészáros (2015) em seu livro **A Montanha *Que Devemos Conquistar***, no qual afirma que: “Sem examinar o Estado Moderno, não se examina o capitalismo. [...] O Estado tornou-se a expressão política do capital, a forma de organizar as forças produtivas, o regime de propriedade privada, as relações entre classes sociais e um intrincado sistema de regras e condutas que viabilizam a economia de mercado” (p.10)<sup>1</sup>.

Dessa forma, entende-se que, as mudanças e as crises que surgem no/do capitalismo, coloca o Estado numa posição de marionete do capital, pois as crises tanto estruturais como sociais passam a ser de responsabilidade do Estado, deixando o capital “livre” de ataques primários.

Para compreender a dinâmica do fenômeno social aqui analisado e em consonância com o método adotado, optamos por Espaço, Território e Conflito Social, como uma tentativa de se aproximar do sujeito da pesquisa.

Para se analisar o espaço, partiremos das teorias de Lefebvre (1985). O mesmo, afirma que: “A organização do espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, otimizando os benefícios. Na hierarquia dos espaços ocupados as classes sociais se investem e se travestem” (p. 9)<sup>2</sup>.

Sendo assim, o Espaço é um produto social, mas não pode ser tratado como alguma coisa vazia, e sim como um conjunto de relações. Seguindo a afirmação feita por Lefebvre

---

<sup>1</sup> A Montanha Que Devemos Conquistar: reflexões acerca do Estado. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

<sup>2</sup> LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

podemos dizer que: Um dos fatores que é responsável por essas relações é o modo de produção capitalista que rege as relações sociais tanto as já existentes como cria novas relações baseadas nos interesses da classe burguesa, propiciando assim a afirmação e a continuação da hegemonia burguesa. Onde “O espaço é a materialização da existência humana” (LEFEBVRE, 1991, p. 102)<sup>3</sup>.

Sobre as diferenças de classes o grande e renomado cientista social Karl Marx, deixou sua contribuição para esta pesquisa através de suas teorias a cerca do Estado e das classes que regem o sistema capitalista.

Ao entender que a luta é sempre de classe, é que o camponês – sujeito a ser estudado no processo de reestruturação do capital – precisa entender seu papel enquanto proletário “o sujeito social da emancipação é o proletariado porque é forçado, pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter a ordem social dominante, ao mesmo tempo que é incapaz de impor a si próprio como uma nova parcialidade dominante-uma classe dominante mantida pelo trabalho de outras – sobre toda a sociedade” (KARL MARX, “Meeting of the Central Authority”, 1850 apud. István Mészáros).

Sobre a categoria Território o autor que melhor se aproxima do objetivo desta pesquisa é Fernandes (2008) ao afirmar que: “Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania” (p. 5).

Com tal afirmação, torna-se evidente que o território é formado por classes distintas que possuem objetivos distintos, as relações de poder estão diretamente ligadas as classes sociais que criam e transformam o território de acordo com suas necessidades, para garantir sua soberania sobre a outra classe.

Enquanto o agronegócio organiza o território para produção de *commodities* - gerando lucro para o capital - o camponês o organiza para sua existência e manutenção da mesma. É evidente que as comunidades camponesas têm uma menor participação no poder político, pois estão à mercê da vontade da soberania burguesa, pois as políticas promovem o fortalecimento das relações capitalistas. Uma das formas dessa hegemonia é a expropriação de camponeses dos assentamentos rurais – território – para o grande capital, que por sua vez, necessita de apropriar-se dos territórios camponeses para que se expandam.

Na linha a ser traçada pela pesquisa, o território é entendido como mecanismo de

---

<sup>3</sup> LEFEBVRE, Henry. The production of Space. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

controle social para que os camponeses sejam subordinados ao paradigma de desenvolvimento exposto através do modelo do agronegócio gerando conflito social.

A reestruturação produtiva do capital no campo formula novas estratégias de reprodução ampliada e oculta a exploração do trabalho, uma vez que este vem revestido de novas formas. Segundo Thomaz Junior (2002)

Essa realidade, todavia, deve ser compreendida considerando: a) as mediações que garantem o processo de reprodução do capital; b) a intensificação da mecanização do processo de trabalho e toda ordem e dimensão do controle social (formas recriadas que revelam expropriação, subordinação do trabalho); c) a apropriação da renda da terra pelo capital; d) a execução e extinção das políticas públicas. (THOMAZ JUNIOR, 2002, p.11).

Nesta perspectiva tal pesquisa irá analisar a reestruturação produtiva do campo através dos conflitos gerados pelo mesmo entre a empresa Suzano Papel e Celulose e os Camponeses do Acampamento Viva Deus localizado no Município de Imperatriz-Ma, todas as categorias aqui apresentadas serão desenvolvidas mais profundamente com o desenrolar da pesquisa de campo que será desenvolvida posteriormente.

A reestruturação do campo no Maranhão vem gerando “novos” conflitos entre o campesinato e o grande capital. Um fato que é bastante evidente nessa briga pela terra é que o grande capital, a quer para fins produtivos de papel e celulose, o que desgasta e empobrece o solo já que o camponês a quer para fins de produção de alimentos e para moradia. Nesse contexto, temos duas classes totalmente diferentes e com objetivos distintos para com a terra.

No Maranhão a empresa Suzano Papel e Celulose conseguiu se instalar monocultivando o eucalipto e a produção de celulose com condições tecnológicas, organizacionais, sociais e geográficas. A grande produção centraliza capital constante, tanto fixo como circulante. A empresa se instala próximo ao Acampamento Viva Deus, causando desconforto e destruição do solo dos acampados que ali vivem e tiram seu sustento da terra.

Com isso tal pesquisa busca analisar como se dá o conflito entre a empresa Suzano Papel e Celulose e o Acampamento Viva Deus a partir da reestruturação produtiva no campo maranhense.

A Comunidade está localizada na Estrada do Arroz, recém denominada MA Padre Josimo, tendo início no ano de 2003, a partir da chegada de centenas de famílias coordenadas pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTR-Imperatriz), as quais acampam no imóvel rural denominado Fazenda El Dourado, nas margens da Estrada, à 42 km de Imperatriz. A área, no mesmo ano, foi solicitada junto ao Incra de Imperatriz para

ser vistoriada, pedido feito pelo STTR-Imperatriz, cuja foram realizadas três vitorias, a primeira sendo realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma segunda vistoria feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e uma terceira vistoria sendo de forma particular e autônoma.

É redundante que tal postura do Capital desperte os conflitos e as influências com a classe trabalhadora, que nesse artigo estará representada pelos Camponeses do Acampamento Viva Deus que sofrem constantes ataques da Empresa Suzano Papel e Celulose a partir do modelo de reestruturação produtiva instalada próxima ao Acampamento.

Através dos conflitos surge a necessidade de Compreender a estrutura agrária do Estado maranhense, analisar como se dá o conflito entre o Acampamento Viva Deus e a empresa Suzano Papel e Celulose e verificar o processo de luta dos acampados contra o grande capital.

Para que se tenha o resultado, tal pesquisa será realizada utilizando o tipo de pesquisa qualitativa com elementos quantitativos, que segundo Minayo (2010) essa forma de pesquisar procura “desvelar” processos sociais que ainda são poucos conhecidos e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo e indicação final, proporcionar a construção e / ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referentes ao fenômeno estudado.

Tendo em vista os diversos problemas e conflitos entre esses dois sujeitos, esta pesquisa verificará através da categoria trabalho os conflitos que estão sendo gerados já que a estrutura fundiária a forma de poder se dá pelo domínio dos meios de produção.

Outro fator de grande importância para tal pesquisa é entender o espaço como *locus* das relações sociais entre pequenos produtores e grandes proprietários, e, portanto de suas formas de ocupação tanto na sua gênese como no presente.

Dessa forma, tal metodologia tende a se aproximar de uma verdade mais concreta e real, pois aborda aspectos importantes em uma pesquisa de campo que influencia diretamente em uma ressignificação do que é a reestruturação produtiva no campo e os impactos e conflitos causados pelo grande capital.

Há uma grande limitação em se pesquisar um Movimento em movimento, visto que a todo momento surge novos atores para agregar na luta. Dessa maneira, os agentes aqui pesquisados estão sujeitos a mudanças constantes, logo a pesquisa também ganha uma nova características e disposições diferentes.

Os processos para desenvolvimento da pesquisa será feito através de conversas informais realizadas com os camponeses do Acampamento Viva Deus, não me restringindo ao presidente da associação, visto que na comunidade todos tem voz. O arcabouço teórico será desenvolvido pelos autores: István Mészáros (2015), Lefebvre, (1985), Karl Marx, Fernandes

(2008), Thomaz Junior (2004), entre outros autores que surgiram com as necessidades teórica da pesquisa.

Tal cenário trás várias visualizações sobre a reestruturação do campo e como ocorre os conflitos entre os acampados da Comunidade Viva Deus e a Suzano - empresa que planta e cultiva eucalipto. Existem diversas teses, artigos, monografias, a exemplo pode-se citar a tese de doutorado de Guilherme Marine, a dissertação de pós graduação de Filipe Correia Duarte, dentre outros que discutem esse tema e pode ser analisado nas diversas áreas do conhecimento, é nessa discussão de conflitos entre Estado e camponês que acreditamos que tal pesquisa pode contribuir para um debate político, social e voltado para políticas públicas no campo no que diz respeito a reestruturação produtiva no campo e os conflitos gerado entre o camponês e o grande capital.

O primeiro capítulo tratará da questão produtiva no campo trazendo suas “continuidades e “descontinuidades” com o objetivo de analisar de que forma o camponês é atingido muitas vezes até de forma violenta pelo grande capital. Sabe-se que o Estado Neoliberal que está à serviço do capitalista visando uma nova expansão agrícola. Uma política de desenvolvimento territorial foi criado pelo estado para usar como ataque direto contra os camponeses e povos tradicionais, política esta que foi dado o nome de MATOPIBA aumento o número de camponeses sem amparo e atrasa ainda mais a tão desejada Reforma Agrária.

A reestruturação produtiva no Maranhão causa um impacto gigantesco, mas irei abordar especificamente em um dos subtemas como essa reestruturação está afetando os camponeses do Acampamento Viva Deus que estão localizados na estrada do Arroz. Com a chegada da empresa Suzano Papel e Celulose em Imperatriz, conseqüentemente acontece a inserção da plantação do eucalipto que atinge diretamente as comunidades que se formaram próximas a fábrica. Com o lema do progresso a fábrica vem com uma “pregação” que irá proporcionar novos empregos, irá aumentar a economia na região, mas não fala dos impactos ambientais que atingirá toda a região principalmente comunidades que estão lutando pelo território em busca de uma condição básica descrita na constituição que é o direito à moradia.

Visando que o neoliberalismo é uma corrente teórica e política que tem como base garantir que a sociedade se embase na liberdade dos indivíduos, o neoliberalismo teria de rejeitar a intervenção do Estado na economia, deveria incentivar o crescimento da riqueza e do desenvolvimento humano. Na prática o que se percebe é que essa forma de política agrega ainda mais autonomia aos capitalistas que “usam” e “abusam” dessa liberdade concedida de forma explícita pelo Estado. Também é função deste mesmo Estado garantir os direitos dos camponeses que durante muitos anos de luta conseguiram a tão esperada Reforma Agrária –

que ainda funciona apenas no papel.

Sabe-se que a reestruturação produtiva é um instrumento de poder simbólico usado pelos donos do meio de produção que visam a dominação de territórios com o intuito de se difundir concentrando terras e/ou agindo com ataques direto aos camponeses.

No segundo capítulo, tenho a pretensão de abordar como a Questão Agrária no Maranhão e como os conflitos territoriais tendem a ser causados pela inserção de políticas públicas que abrange e defende o grande capital deixando o camponês a mercê desse sistema. A luta de classes é constante, é desigual e engloba uma série de questões sociais, políticas, culturais, econômicas que envolvem toda a sociedade.

Na busca por seus direitos os camponeses do Acampamento Viva Deus travam uma luta com poucas “armas”, pois o Estado não lhes dá apoio ou se quer reconhecem que a luta. Karl Marx (1993) a luta de classes é uma ação coletiva, uma vez que a consciência pertencer a uma classe social aparece quando os antagonismos da sociedade são percebidos, o que pode levar ao conflito. A luta de classe passa a ser a própria práxis coletiva capaz de levar a transformações. Como já foi citado anteriormente as grandes mudanças não dependem apenas da vontade dos indivíduos.

Ainda no segundo capítulo será abordado como os camponeses podem transformar o território em conflito de acordo com elementos culturais, sociais, econômicos e políticos. A luta dos acampados na Fazenda Eldorado não é apenas em busca de um “pedaço de chão”, é também uma luta contra a exploração e a discriminação que são resultados das desigualdades geradas ao longo da história, podendo ser causada também pela distribuição de renda desigual, pelo não apoio do Estado

Ao longo da história muitos movimentos sociais foram criados a fim de darem voz ao camponês e a todas aquelas pessoas que se sentem atingidas pelas desigualdades absurdas que são geradas todos os dias, alguns movimentos sociais contemporâneos: Movimento de Trabalhadores Sem Terra, Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento Estudantil, Movimento Feminista.

No terceiro capítulo irá tratar da esperança que os camponeses daquela região e de que forma eles tentam a cada dia construir uma história de luta para que conseguissem a tão sonhada Reforma Agrária. A história da luta dos acampados do Viva Deus.

Entender como eles se articularam em prol do movimento e de uma só causa, um representante dos acampados, se propôs a ir buscar o apoio do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTR-Imperatriz) na pessoa do então presidente, o que foi negado, apesar da área ter sido reivindicada pelo próprio STTR-Imperatriz. Embora o

apoio tenha sido negado verbalmente, pois não há documento que comprove, mesmo assim continuamos a luta, organizamos as associações, primeiramente, a Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais do Grupo Resistência da Estrada do Arroz, no acampamento Fazenda El Dourado e posteriormente a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES RURAIS VIVA DEUS, no acampamento Comunidade Viva Deus.

## 2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

Como se sabe, desde os primórdios da colonização que a ocupação de terras brasileiras assumiu a característica de colônia de exploração, que se concentra em tirar tudo que pudesse oferecer para o enriquecimento da metrópole portuguesa. Dessa forma o espaço geográfico brasileiro foi transformado tendo em vista as necessidades do mercado externo, degradando assim, o mercado interno.

No Brasil a agroindústria é implantada em 1530 com a plantação de cana-de-açúcar, ainda durante a colonização portuguesa no Brasil, ocorrendo assim o regime de propriedade rural. Com a plantação da cana-de-açúcar, a coroa portuguesa implanta a doação de terras, chamado de sesmarias, o que vai implicar a doação de terras aos pretendentes que tivessem um status social aceitável e condições de fazer Portugal lucrar com tal empreendimento.

Sobre esse sistema colonial, Melhem Adas (2014) deixa bem claro a forma que ocorreu a divisão explorada das terras dos nativos e as suas consequências principalmente para os escravizados, que em tempos de crise eram os que mais sofriam com a escassez de alimentos, visto que trabalhavam nos engenhos e tinham os posseiros com as plantações para a subsistência. Assim ele escreve:

“No período colonial, os poucos trabalhadores livres que existiam estavam vinculados aos engenhos, formando o assalariado. Além deles, havia os mercadores clérigos (que moravam na própria casa-grande do senhor de engenho) e os que se estabeleciam em um pedaço de terra que não havia sido doado pela Coroa (os posseiros), onde se dedicavam à agricultura de subsistência. A posse, dentro dos parâmetros oficiais, era ilegal, mas foi o que deu origem às pequenas propriedades rurais no Brasil” (MELHEM ADAS, 2014, p.182).

Com a origem das pequenas propriedades de terra sobre um sistema tão esmagador, os pequenos agricultores são vistos como “vadios”, como marginais pela sociedade escravista e pelos latifundiários. A elite da época era sabedora que o sistema implantado e forçado aos povos nativos que causou essa visão do pequeno produtor, sendo apenas reflexo do sistema latifundiário imposto no Brasil.

Em 1820, o sistema de sesmarias deixa de ser usado e é substituído por longos 30 anos e que a terra não é regulamentada, sendo ocupada por várias pessoas de diversos lugares e estados, intensificando a ocupação de terras por meio do sistema de posses, aumentando o número de pequenas propriedades rurais.

Somente em 1850 que é estabelecida uma nova legislação, a Lei de Terras, que modifica novamente a forma de ocupação das terras no Brasil. Tendo como um dos seus interesses o

regime de acesso a terra pela posse, pela ocupação pura e simples. Assim como a sesmarias a Lei de Terras só veio a beneficiar os grandes latifundiários, e mais uma vez o trabalhador livre enfrenta os obstáculos para ter acesso à terra.

O início da década de 1970 é marcado pela ocorrência de mudanças no mundo do trabalho, particularmente pelas transformações à cerca da reestruturação produtiva. Com a necessidade de reprodução do capital, são inventadas formas muitas vezes perversas de garantir a sua continuidade. O processo ao qual o campo é alterado sua forma de produção, nada mais é do que uma invenção do grande capital para favorecer a classe detentora dos meios de produção. A inserção de máquinas agrícolas, insumos, agrotóxicos e etc. faz com que o camponês fique fora do processo. Para Delgado (1985) e Martine (1991),

a modernização da agricultura se trata de um processo mais antigo, mas que ganha amplitude a partir do pós-guerra. Neste sentido, refere-se à mudança na base técnica da produção agrícola ocorrida em virtude da introdução de máquinas, elementos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, novas espécies e variedades de sementes e novas ferramentas na agricultura. Portanto, consiste no processo de transformação dos meios de produção utilizados pela agricultura, de meios naturais para bens de produção industriais (DELGADO, 1985, apud GUILHERME MARINE, 2016 .p. 37).

O capital financeiro da agricultura está se modernizando, com a produção da agricultura em produzir também matéria-prima para a indústria, deixando de produzir apenas para o consumo final. Com isso os segmentos comerciais e industriais começam a fazer parte das atividades agrícolas, reestruturando o campo e o mundo do trabalho dos camponeses.

Entendendo que a modernização da agricultura está completamente conectada com a reestruturação produtiva, o valor da terra aumenta consideravelmente de acordo com o seu uso e destino de seus produtos. O maquinário faz o “serviço” reduzindo drasticamente a mão de obra, deixando os camponeses de mãos atadas diante a situação.

A modernização da agricultura brasileira é fruto da interação entre a industrialização do campo, da agro industrialização das atividades agrárias e das mudanças sociais e políticas entre grupos sociais.(GUILHERME, apud Muller 1989). Tendo como resultado a introdução das atividades agrárias ao capital industrial e financeiro. Com a crescente demanda do capital, acentua-se a diferença entre dominadores e dominados no atual contexto social, político e econômico.

Analisando o processo histórico da modernização da agricultura, percebe-se que no processo histórico, a reestruturação resulta de interesses do Estado neoliberal e do capital

financeiro privado favorecendo a complexidade do campo e a desigualdade que se mostra a partir da expropriação perversa do camponês como sujeito que tem sua vida escrita na terra.

Pode-se observar que desde o empreendimento que foi a colonização no Brasil, que os pequenos proprietários veem seus direitos esmagados pelo grande capital, pelo lucro e pela concentração de terra nas mãos de poucos, mas que possuem uma grande influência sobre o Estado, afinal de contas eles tem o poder de compra, e compram principalmente o apoio do Estado. Fazendo grande parte da população viver a mercê de um sistema que tira de muitos para se ver o enriquecimento de poucos. Dentro do processo visto acima, a reestruturação produtiva do campo como instrumento do capital acaba sendo um ataque à história do sujeito que se materializa como camponês, que em pleno século XXI tem que lutar por acesso a terra, sendo que é um direito obtido como cidadão.

## **2.1 A reestruturação produtiva como instrumento do capital**

Estrutura fundiária é a forma como as propriedades rurais estão organizadas e distribuídas quanto ao número e ao tamanho. É por meio destas que podemos compreender a realidade social de um grupo socialmente excluído pela má distribuição e que com a ajuda dos poderosos tem se tornado mais difícil acontecer de forma efetiva e constitucional.

Entendendo que a estrutura fundiária é uma herança dos tempos coloniais, momento em que começou a concentração de terras. O Brasil diferente de outros países não rompeu com tal estrutura de poder, não vivenciando uma ruptura histórica e de alteração de poder que levasse a uma reforma agrária efetiva.

Além dos conflitos e desigualdades relacionadas ao trabalho, a grande concentração de terras no Brasil produz uma imensa disparidade entre proprietários e camponeses e sem terra, na história do Brasil possui uma grande tensão agrária e conflitos no campo, sobretudo a partir dos anos 40, onde a uma alta produtividade e terras ociosas; agronegócio e agricultura familiar, além de sistemas de produção distintos.

Ariovaldo Umbelino (2007) deixa bem claro a contradição existente na acumulação de terras e entre a concentração de capital, portanto:

“O processo de concentração da terra sob o modo capitalista de produção difere do processo de concentração do capital. Difere porque a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra” (ARIOVALDO UMBELINO, 2007, p.99).

Dessa Maneira o autor deixa claro que no capitalismo a terra é transformada em mercadoria, devido o preço em que possui, mas ao mesmo tempo não possui valor porque não

é fruto do trabalho humano. “A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral” (Umbelino, Ariovaldo. p.99).

Conforme citado anteriormente há essa diferença entre concentração de terra e a concentração do capital, é que na primeira se tem um processo que retira capital do processo produtivo, já na concentração do capital é uma forma de aumento de poder sob a forma de exploração, sendo extraído do trabalho não pago, sendo, portanto, a mais-valia.

Considerando que as estruturas são momentos provisórios, segundo Lefebvre (1971), podemos dizer que a reestruturação é um movimento ao mesmo tempo de “continuidades” e “descontinuidades”. A reestruturação produtiva do capital só ocorre quando as estruturas vigentes já não atendem às necessidades do capital, nesse sentido, ela é uma válvula de escape para a crise estrutural do capital.

Mészáros (2015) tem a necessidade de analisar o Estado Moderno segundo o capitalismo, pois, conforme o autor “o Estado tornou-se a expressão política do capital, a forma de organizar as forças produtivas, o regime de propriedade privada, as relações entre classes sociais e um intrincado sistema de regras e condutas que viabilizam a economia de mercado” (p.10), que entendemos as mudanças e as crises que surgem no/do capitalismo.

O autor coloca que a função principal do Estado é o exercício que o mesmo possui para a reprodução do sistema do capital, sob o efeito da crise estrutural do capital e de sua abrangência global. Com isso o capital surge nas relações sociais, uma relação fundada no trabalho assalariado, no trabalho social, que segundo a história o requisito básico é a completa separação do trabalho vivo e as condições objetivas de sua atividade produtiva. O capital está presente na sujeição do trabalho vivo, no trabalho alienado e objetivado do sujeito que trabalha.

Dessa forma, entende-se que, a as mudanças e as crises que surgem no/do capitalismo, coloca o Estado numa posição de marionete do capital, pois as crises tanto estruturais como sociais passam a ser de responsabilidade do Estado, deixando o capital “livre” de ataques primários.

Concordando com tal perspectiva, Jessé Souza (2016) coloca:

De fato, Estado e mercado são inseparáveis. Não existe mercado dinâmico sem a infraestrutura material e simbólica do Estado, que

garante todos os pressupostos da atividade econômica, mas também zela pela segurança contratual por meio do aparato judiciário e policial. Por sua vez, não existe atividade estatal possível sem os impostos produzidos pelo mercado e pela atividade econômica. O entrelaçamento é total. Qualquer separação é meramente analítica, para fins de compreensão da própria inter-dependência (JESSÉ SOUZA, 2016, p. 38).

O capitalismo serve a uma meia dúzia de endinheirados, que a partir do trabalho realizado por 99% da população, tende a favorecer 1% apenas. O Estado apenas mantém o controle de revoltas e questionamentos que não afetem a essa forma de organização. Um exemplo em Imperatriz é a empresa Suzano Papel e Celulose que constantemente exerce ataques aos acampados da Viva Deus, desde a instalação da fábrica, percebe-se esta constante que cessa em alguns momentos e se intensifica em outros.

Lefebvre (1985) fala sobre a importância do espaço para o modo de produção capitalista, afirmando que: “A organização do espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, otimizando os benefícios. Na hierarquia dos espaços ocupados as classes sociais se investem e se travestem” (p. 9).

Sendo assim, o Espaço é um produto social, mas não pode ser tratado como alguma coisa vazia, e sim como um conjunto de relações. Seguindo a afirmação feita por Lefebvre podemos dizer que: Um dos fatores que é responsável por essas relações é o modo de produção capitalista que rege as relações sociais tanto as já existentes como cria novas relações baseadas nos interesses da classe burguesa, propiciando assim a afirmação e a continuação da hegemonia burguesa. Onde “O espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102).

A elite do dinheiro tendo o apoio do Estado, baseia-se na perspectiva de que tudo pode para alcançar o objetivo de expropriar o camponês de seu espaço de luta e resistência, causando uma sequência de golpes e ataques para com esses sujeitos. A terra deixa de ter valor apenas de uso e passar a ter valor de troca.

Sobre isso David Harvey (2016) mostra que: “Os valores de uso são infinitamente variados, enquanto o valor de troca é qualitativamente idêntico”. Ao entender que a luta é sempre de classe, é que o camponês – sujeito a ser estudado no processo de reestruturação do capital – precisa entender seu papel enquanto proletário “o sujeito social da emancipação é o proletariado porque é forçado, pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter a ordem social dominante, ao mesmo tempo que é incapaz de impor a si

próprio como uma nova parcialidade dominante- uma classe dominante mantida pelo trabalho de outras – sobre toda a sociedade” (KARL MARX, “Meeting of the Central Authority”, 1850 apud. ISTVÁN MÉSZÁROS).

O capital se apropria da força de trabalho do camponês no momento em que o mesmo tem que produzir e vender na cidade, sendo a terra transformada em mercadoria. Moacir Palmeira (sd.) deixa claro como é grave a questão da modernização da agricultura:

“Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo” (MOACIR PALMEIRA, sd. p. 87).

Observa-se que a luta pela terra não é um problema da contemporaneidade. Lutas eram travadas entre camponeses e a nobreza feudal na Idade Média, analisando que o Estado sempre favorecia os nobres feudais.

Esperava-se que aos poucos o campesinato ficasse esquecido ou deixasse de existir. Seria mais interessante a força hegemônica, como deixa claro João Edmilson Fabrini (2007):

A compreensão hegemônica foi de que o campesinato não teria lugar na sociedade com a intensificação e mundialização das relações capitalistas. O progresso da sociedade representado pela modernização das forças produtivas tenderia a eliminar as relações sociais de produção “atrasadas”, como a camponesa. (JOÃO FABRINI, 2017. p.9).

É isso que demonstra a lógica do capital com o sentido da reestruturação do campo, o que os grandes capitalistas querem é o fim do camponês, que eles deixem de existir ou que simplesmente se “modernizem” e migrem para a cidade, para enfim poderem usar as terras em função do progresso.

A reestruturação produtiva pode ser considerada sinônimo de sofrimento para os camponeses, visto que tal configuração do capital visa apenas o lucro, o solapamento da terra e conseqüentemente a desistência da luta de homens e mulheres que dia após dia lidam com a terra.

### **2.1.1 A reestruturação produtiva no campo maranhense.**

Aos poucos os camponeses viram a terra sendo engolida pelo capital, sendo usada apenas para exploração, favorecendo um grupo mínimo da sociedade. O que antes tinham como direito, agora teriam de comprar tudo o que tinham gratuitamente.

A reestruturação produtiva tem seu firmamento no Estado neoliberal e faz do camponês um objeto nessa relação desigual e esmagadora. A má distribuição de terras no Maranhão faz com que a desigualdade aumente afetando quem depende diretamente da terra, fazendo com que a estrutura fundiária seja desigual.

Faz-se necessário analisar o campo maranhense para que possamos perceber o quanto o número crescente de lutas travadas pelos camponeses aumentou nos últimos anos devido a preferência das terras para grandes capitalistas.

Segundo István Mészáros (2015) “...os poderes e deveres são mais iniquamente distribuídos na ordem socioeconômica, e não apenas na ordem político/constitucional, estabelecida.” Para este autor a divisão de classes é uma das formas perversas do capital. Sendo assim, o camponês tem os seus direitos constitucionais violados pelo Estado e pelo “donos do poder”,

Podemos citar em Imperatriz como donos do poder, a empresa Suzano Papel e Celulose que a todo momento infringe o direito dos Acampados do Viva Deus, os proibindo de exercer seu papel e função de camponês.

Nesse sentido, o espaço sendo a materialização das relações sociais e essas, determinadas pelo modo de produção, no nosso caso capitalista, este estruturado em classes sociais, entendemos que a luta é sempre de classe. E é na luta cotidiana contra o espaço do capital que os camponeses do Acampamento Viva Deus ocupam o território, e constroem a possibilidade de (re)configurar o espaço hegemônico, através da conquista do território.

No Maranhão existe a necessidade vinda do Estado de progresso e desenvolvimento, tal perspectiva só seria possível com a inserção do mesmo no capital mundial. A Necessidade de está inserido surge no momento em que a globalização fez-se presente em todas as culturas.

Com a necessidade de constante progresso vinda do Estado, o campo também sofre com tal progresso, a modernização da agricultura é um fator de extrema complexidade e que precisa ser compreendida para que se entenda as transformações causadas ao camponês, a perversidade com que esse é submetido ao projeto do capital.

Sobre a modernização da agricultura e sua perversidade Moacir Palmeira (sd.)

“... a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo” (MOACIR PALMEIRA, sd. p.87).

Com tal modelo de progresso, a diferença de classe aumenta causando uma maior proletarização do trabalho e suas relações. O que busca o camponês dentro desse processo no qual é obrigado a está inserido, não é apenas representar a agricultura, mas de acabar com a hierarquização dentro do modelo que lhes é proposto. As relações sociais são atacadas, enfraquecidas e por vezes desmanchadas.

Sempre que o capitalismo se reinventa, o camponês sofre as consequências, seja com a modernização da agricultura com a inserção de máquinas no campo seja com a consequência desse processo, a expropriação.

O projeto denominado MATOPIBA tem suas raízes no plano político dito como desenvolvimentista que visa simplesmente a destruição das terras voltadas para o camponês, visa transformar a área de reforma agrária num verdadeiro “centro de concentração” que irá produzir *commodities* que destrói não apenas o solo mais também centenas de famílias, pois o solo após o plantio dessa nova forma de economia mundial, irá ficar impossibilitado de gerar frutos para o trabalhador camponês, transformando o solo rico em um solo empobrecido e usando deste solo apenas para gerar capital estrangeiro. Sendo uma maneira perversa prejudicar os camponeses e outros povos que, há anos, buscam a regularização de suas terras, faz aumentar a grilagem das terras e a violência de forma mais explícita por parte do Capital.

A criação desse projeto é vista como um ataque direto aos camponeses que terão suas terras engolidas pela plantação de soja como expressão do capital industrial e financeiro. Dentro da perspectiva de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007)

O desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias, portanto, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadorias (ARIOVALDO UMBELINO, 2007. p. 20).

Dessa forma, a inserção desse modelo de desenvolvimento econômico para os Estados que compõem este grande projeto, é de grande desumanização, visto que terá de desapropriar inúmeras famílias camponesas para que haja de fato a sua dominação.

A reestruturação trás consigo uma configuração industrial, conseqüentemente desigual se sobressai de forma aberta, mostrando que o capitalismo está dentro de lógica contraditória.

Onde agora indústria e capitalismo se juntam, isso se dá porque o capitalista agora é também latifundiário.

## **2.2 O plantio de eucalipto na micro região de Imperatriz**

Durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), foi pouco tempo, porém foi o suficiente para implantar um programa de formação dos Pólos Florestais da Amazônia Brasileira.

Visto que a década de 1990 é marcada por uma demanda de grande produção de carvão vegetal, tal necessidade abre precedente para a empresa CELMAR atuar como pioneira na monocultura de eucalipto na região maranhense. Modificando a paisagem natural e a tornando numa paisagem sem vida com o monocultivo do eucalipto.

Tal mudança não foi feita por completo, pois a CELMAR não chega a implantar a fábrica de celulose, ficando apenas na fase de plantação do eucalipto. Com privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a CELMAR foi substituída pela Ferro-Gusa Carajás, onde ficaram responsáveis pelo cultivo nos municípios de Imperatriz e Cidelândia.

A Companhia Vale do Rio Doce, vendeu em 2008, aproximadamente 80 mil hectares de plantio de eucalipto para a Suzano Papel e Celulose.

O Brasil sendo o 5º produtor de celulose, em 2012 passa a ser terceiro no ramo. Isso só foi possível com os investimentos feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fortalecendo o processo.

Vicente Eudes e Mariana Leal (2016), deixam bem claro a fala anterior, ao enfatizar tal acontecimento com as seguintes palavras:

Esse investimento somente foi possível por causa do amplo apoio creditício de instituições estatais, criando e ampliando linhas de financiamento em todas as magnitudes. Com o intuito de estimular essa atividade econômica, foram criadas várias linhas de investimentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estruturação e fortalecimento do setor silvícola brasileiro (VICENTE EUDES e MARIANA NÓBREGA, 2016, p. 14).

Sendo a Suzano grande produtora de celulose, vai se interessar por tais investimentos entram no cenário monocultivando eucalipto para a retirada de celulose, usada na produção do papel.

A chegada da Suzano no Maranhão é bastante vantajosa para eles, que encontram uma plantação grande de eucalipto – retiram quando sai o decreto destinando a área para fins de reforma agrária. Possuem produção em grande escala escolhe um Município do Maranhão para a instalação da fábrica de celulose, escolhendo Imperatriz.

A posição espacial estratégica é vista pela empresa como um importante fator locacional, favorável ao escoamento da produção, a qual é realizada pelos trilhos de mais de 100 km da estrada de ferro operada pela Companhia Vale e, ainda, por 28 km de ramal ferroviário ligando a fábrica até a Ferrovia Norte-Sul (FNS). Esse último trecho, em fase de construção pela Suzano Papel e Celulose, conta com o apoio logístico e de incentivos fiscais do município de Imperatriz e, principalmente, do estado maranhense (VICENTE EUDES e MARIANA NÓBREGA, 2016, p. 17).

Percebe-se que o cultivo de eucalipto no Maranhão se dá a partir da década de 1990 com a chegada da CELMAR, depois da Ferro-Gusa Carajás até chegar na Suzano e está ainda hoje na posse deles a produção e a fábrica de celulose.

Suzano Papel e Celulose começam a construção da fábrica no Município de Imperatriz, em 2013 e finalizam em 2014. Iniciando o seu funcionamento na produção de celulose para exportação.

### **2.2.1 O impacto da chegada do eucalipto na estrada do Arroz**

Para que haja a plantação de monocultura de eucalipto, se fez necessário uma autorização do Estado e do Município. Em Imperatriz a implantação da empresa Suzano Papel e celulose se deu através de uma ideia de progresso para a região, porem não foi avaliado o problema causado para as famílias acampadas na estrada do Arroz.

A escolha da empresa pela região se dar principalmente pelos baixos impostos, baixos investimentos em saneamentos básicos e etc. Como bem deixa em evidência Filipe Correia Duarte (2012):

Ricardo Carrere & Larry Lohmann (1997) e Henri Acselrad (2007) afirmam que a monocultura de eucalipto nas mais distintas regiões do mundo está associada à participação do Estado, através de isenções fiscais, investimentos diretos em infra-estrutura, transporte, liberação

de licenças, legislações e jurisprudências; como também as pesquisas científicas apoiadas por recursos empresariais, cunhando a terminologia “floresta” ao referirem-se aos plantios monoculturais, e a lógica de exportação de conflitos e riscos ambientais. (FILIPE DUARTE, 2012. p.2)

Em outro momento às facilidades que compõe a preferência de empresas, estatais no Brasil, principalmente em Estados como o Maranhão que tem inclusive IDH baixo, ou mesmo um grande número de desempregados, com a ideia de desenvolver a região fazendo o capital circular.

Paralelamente, em países como o Brasil, tais atividades são atraídas por políticas governamentais de desenvolvimento que incluem isenções fiscais, facilidades de infra-estrutura e financiamento, água abundante, reconversão de atividades produtivas, alteração das formas de ocupação do espaço, dentre outras; deste modo, ocorre à inserção crescente de territórios latino-americanos nos fluxos internacionais de acumulação. (FILIPE DUARTE, 2012, p.11).

O território em que a monocultura do eucalipto é plantado destrói por completo o solo, seca rios, deixa mal cheiro na cidade, causando conflitos principalmente com os acampados à beira da estrada, onde ficam a mercê de ameaças constantes de serem desapropriados, e sem assistência, inclusive do órgão responsável pelo fornecimento de energia – Companhia Energética do Maranhão (CEMAR).

Sendo assim, Filipe Correia (2012) relaciona os problemas socioambientais, causados por esse tipo de cultivo com problemas culturais e econômicos “o ambiente é palco de conflitos socioambientais que refletem não apenas o modelo cultural e econômico vigente, mas também a correlação de forças preponderante na sociedade”. (p.13).

O plantio de eucalipto no Maranhão, trás consigo uma necessidade em se alcançar a reforma agrária como uma demanda social e não apenas como uma ação do governo como qualquer outra política. Passa a ser uma demanda social politicamente que não pode ser ignorada.

### **3.0 A QUESTÃO AGRÁRIA**

Ao abordar o contexto agrário no Maranhão, sem antes verificar o processo no Brasil, para tanto é necessário analisar o processo histórico. É visível que desde a colonização a situação de terras é o problema de difícil resolução, o território brasileiro nunca encontrou um equilíbrio social.

Portanto, os problemas que envolvem os conflitos agrários, são resultados das relações do processo de colonização, que adaptou o espaço brasileiro conforme as necessidades de Portugal, desde a chegada dos portugueses no Brasil houve diversas formas de ocupação do território, são exemplos destas, as capitânicas hereditárias, as sesmarias, Lei de Terras de 1850 e o Estatuto da Terra.

O governo não age para promover uma divisão de terras, justa e igualitária, o histórico da situação agrária brasileira sucintamente pode ser observada nessas três etapas Colônia - Império - República, o que esses três períodos possui em comum é a concentração de poder, que está inerente não somente com o poder em si, dos governantes, mas com o poder de oportunidades, com a concentração de terras, ou seja, é o tipo de estratégia adotada pelo capital para produzir “as custas” do campesinato.

A função dos donatários era produzir em um prazo estipulado, que geralmente era de cinco anos, os colonizados ao ganhar a terra teria que desenvolver a produção, com a finalidade de aumentar a produção, e os sesmeiros compravam os escravos para mão-de-obra na terra. Como a terra estava em produção, logo o capital era adquirido com as vendas dos produtos, assim os sesmeiros iriam explorar novas terras com o objetivo de intitular-se novos proprietários.

#### **3.1 A questão agrária no Maranhão.**

Na obra “Reforma Agrária” de Marcelo W. Paiva, o autor aborda que a situação das sesmarias foi alterada em 1850, foi o período que os conflitos se intensificavam com grande força. O autor afirma que:

A “Lei de Terras” obrigou ao registro de toda a terra junto ao governo. Antes disto, a terra era praticamente livre para a livre ocupação, devido á concessão das sesmarias, onde existia posse, mas não a propriedade da terra. O objetivo de tal Lei era estabelecer capital para implementar a colonização no sul do país. (MARCELO PAIVA, 1987, p. 20).

Entretanto essa lei favoreceu os latifundiários, pois era os únicos que possuíam capital

para comprar as terras, e para completar os latifundiários não deixavam os trabalhadores rurais comprar os lotes. Com o avanço tecnológico, surgiu assim novas mudanças, “nascem às indústrias”.

Essas novas indústrias produziam tecelagem, fiação, chapéus etc. Antes da indústria o camponês era visto como para produção, depois da mudança o camponês deixa de ser o único refúgio, então muitos lavradores migraram para cidade.

Esse processo é recorrente a própria necessidade que o capital tem de expandir-se. Nos anos 60, o governo estava determinado a industrializar o país, portanto intimou toda a mão-de-obra, para trabalhar, havia a necessidade das obras governamentais, como foi o caso da construção de Brasília.

Diante desse processo que o Brasil passou automaticamente a agricultura também tivera que passar por um processo, houve as instalações das primeiras empresas especializadas em insumos e máquinas agrícolas. A partir de então o campo começar a ser industrializado e deixa de produzir em sistemas artesanais, surgem os tratores novos, os fertilizantes químicos etc.

Essa nova situação passou a ser alterada com grande profundidade quando a indústria essencialmente urbana e o comércio promoveram a dissolução da pequena indústria dos camponeses. Assim, a indústria que antes só produzia para a cidade e os subúrbios, passou fabricar ferramentas que o camponês não conseguia produzir, da mesma maneira que passou a criar novas necessidades que penetravam no meio agrícola [...] (OLIVEIRA, 2007, p. 17).

Ariovaldo Umbelino aborda que a modernização destrói de fato o campesinato, pequeno produtor familiar de subsistência, ressalva que essa questão acontece devido à diferenciação interna, ou seja, onde o camponês torna-se vítima ou fruto desse processo.

O grau de concentração de propriedade, devido aceleração no processo de urbanização, o número de famílias que deixava o campo com intuito de que a cidade seria a esperança, iria melhorar de vida, que os problemas estavam resolvidos, e cada vez que a cidade estava urbanizando-se, mas a industrialização aumenta e a cidade aumentava o percentual da população.

A urbanização provocou grandes mudanças nos hábitos dos fazendeiros, que mediante a situação se viram obrigados a produzir em grande quantidade, contudo para abastecer os centros urbanos.

Mediante o contexto histórico, até o momento atual o trabalhador rural vem sempre procurando constituir a sua morada e o meio de plantio para sobrevivência, o autor Ariovaldo Umbelino, traça desde destruição e a modernização dos latifúndios, passando por várias

transições, a agricultura sob o feudalismo, a servidão, os feudos, a transição do feudalismo ao capitalismo, e assim por um percurso que é do próprio contexto brasileiro.

O Estatuto da Terra, por sua vez seria o ponto de partida para a concretização da reforma agrária, pois a mesma segundo Leonilde Servolo (1993):

Propunha-se, entre outras coisas, a possibilidade de desapropriação de empresas rurais, o pagamento de benfeitorias das terras desapropriadas em títulos da dívida agrária, estabelecimento de uma área máxima, definida em módulos rurais, perda sumária da propriedade acima de três módulos quando 50% de sua área agricultável não fosse utilizada, confisco de terras griladas ou com titulação duvidosa, distribuição gratuita de terras aos trabalhadores beneficiados pela reforma agrária etc. ( LEONILDE SERVOLO, 1993, p. 20).

É lógico que com essa distribuição de terras, seria uma das formas para superar a condição dos trabalhadores rurais, que desde o período colonial lutam por terra para que possam se reproduzir enquanto camponês e reafirmarem seus ideais.

Os capitalistas rurais se incomodariam e não iriam admitir que suas propriedades fossem distribuídas para as famílias rurais, pois ainda segundo Leonilde Servolo (1993) “O conjunto das resoluções trazia, assim um rompimento com os parâmetros do Estatuto da Terra, principalmente através da ampliação do campo possível de desapropriações e das propostas de confisco e de perda sumária”.

Com a constante demanda de políticas públicas voltada pro campo, a Reforma Agrária há anos é a palavra de ordem para o camponês, o posseiro, dos atingidos por obras de barragens, dos seringueiros. Que buscam no seio da Reforma Agrária, seus direitos garantidos pela constituição, sua dignidade e a sua liberdade de sentir cidadão. A mobilização dos trabalhadores rurais em busca da efetivação da reforma agrária, acaba por incomodar as classes dominantes.

Referido anteriormente, junto ao Estatuto da Terra, verificou-se outra medida do governo, que foi programar uma política de colonização e ocupação no Norte do Brasil, na tentativa de atrair pessoas do Sul e Nordeste para essa área que não estava povoada. Com a grande demanda de tensão social que ocorria tanto no Sul como no Nordeste, com suas demandas de Reforma Agrária, o governo achou que seria uma forma de acalmar as prerrogativas causadas pelo próprio Estado.

Tal política foi desenvolvida sem a organização e logística necessária, o que acarretou em problemas para as famílias migrantes, sem assistência econômica e jurídica (reforma agrária) a insegurança se instalava. Com as políticas de colonização, também foram atraídos

empresários tanto nacionais como estrangeiros, buscando as vantagens de se instalarem numa região que estava sendo projeto de colonização do governo. Infraestrutura, construção de estradas e reservas de minério, enchia os olhos tanto dos empresários, como dos migrantes que buscavam em comum a Terra, com propósitos diferentes.

De um lado os migrantes buscavam a Reforma Agrária e o direito à Terra para fim de se firmarem sua classe como camponês, do outro lado os empresários que buscavam investir capital numa região que geraria lucros absurdos sem que precisassem investir uma grande quantidade de capital e queriam também mão-de-obra barata, para que assim, obtivessem lucros exorbitantes.

De certa forma, tal política agradaria principalmente ao governo. Porém, houve um problema com tal ação. Haviam famílias já existentes ali como também comunidades indígenas que ocupavam o território, onde ambos tinham direito à terra, de permanecer e ali ficarem segundo o Estatuto da Terra de 1964. O estranhamento é normal e os conflitos também, visto que grupos novos ali estariam para dividirem as terras que o governo determinou para serem ocupadas e povoadas .

O que tal fato demonstra é que os camponeses e sem terras mais uma vez foram enganados pela lógica do grande capital o causa revolta e constantes conflitos entre o Estado que é monopolista e não coloca em prática a lei da Reforma Agrária, que se encontra estabelecida na Lei nº 4.504 de novembro de 1964, onde o intuito de sua criação é promover a distribuição atendendo aos princípios de igualdade e justiça social.

Ariovaldo Umbelino (2007) evidencia a Lei de reforma agrária: “nas sociedades capitalistas a reforma agrária tem sido feita com o objetivo de mudar a propriedade privada da terra concentrada nas mãos dos latifundiários, dividindo-a e a distribuindo para os camponeses e demais trabalhadores”.

Porém, o que vemos é um total descaso e uso do poder para solapar os camponeses dentro da perversa lógica do capital financeiro, imobiliário e qualquer outro que venha a dar lucro ao sistema capitalista. Onde os Estado na forma de seus representantes estão interessados apenas em lucrar e apoiar o grande capital, não se importando com as minorias.

A reforma agrária sendo um dos dispositivos de luta para o campesinato, para lhes dar condições de reprodução e de acesso aos meios necessários para que produzam e tenham uma básica infraestrutura para que possam exercer o que lhes caracterizam como camponeses, que é plantar e colher os frutos da terra.

Calcada em um contexto mais abrangente, a questão agrária no Maranhão se encontra em contexto de um governo altamente autoritário e que pouco investe na Reforma Agrária. O Estado tem se preocupado em exercer o que ele mesmo chama de “ordem e progresso”, porém esse progresso é transvertido e mascarado para favorecer apenas a elite do dinheiro. A crise da questão agrária, caracteriza-se pela exploração tanto da classe trabalhadora, quanto dos recursos naturais dos países periféricos.

Na agricultura, percebe-se uma monopolização das grandes multinacionais que se deixam cada vez mais visíveis através de um processo cada vez mais industrial, com a chegada do agronegócio, e conseqüentemente com a redução da agricultura familiar. No Maranhão, além de ter um processo industrial, ainda se tem um intenso processo de minimização ou até mesmo exclusão de políticas públicas.

No Maranhão a questão agrária e a perda da capacidade do agricultor em decidir, prejudica o agricultor, visto que ele não terá controle sobre o que plantar. Pode-se observar tal fato dentro da Comunidade Viva Deus, pois os camponeses ali inseridos são proibidos de plantar nas suas áreas, visto que os ameaçam de perderem a terra para o grande capital. Se observamos com mais atenção, a empresa instalada ali próximo detém esse controle, visto que o órgão que seria para representar os agricultores (INCRA) serve como instrumento do grande capital.

Tais concepções estão ligadas intrinsecamente a modernização da agricultura, quando em seu processo de produção incorpora os chamados “insumos modernos”, integrando-se dessa maneira aos meios produtivos de comercialização. Com a modernização vêm as perversidades trazidas pelo modo de produção capitalista, sobre tal argumento, Moacir Palmeira (sd.) traz sua contribuição ao afirmar que:

a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo (MOACIR PALMEIRA, sd. p. 87).

Apresentado esse problema, temos o caso no Maranhão que nos mostra um quadro em que a atividade vem sendo controlada pelos programas do Estado, mostrando uma crise agrária profunda e de difícil contorno da situação. Sendo o capital produzido pelas relações de trabalho ou não, cria sua relação desigual entre as classes, o que faz aumentar o número de capitalistas e conseqüentemente cresce o número de camponeses e camponesas sem terra.

#### 4.0 O ACAMPAMENTO VIVA DEUS: TERRITÓRIO DE LUTA< RESISTÊNCIA E ESPERANÇA

Fotografia 1: Fachada do barracão onde acontece as reuniões e festas da comunidade.



Fonte: Silva (2018).

A luta é diária, a vida é dura, os acampados sofrem repressão do latifundiário e do Estado. Mais isso não os deixa perder a fé e a esperança em um mundo melhor, onde os seus direitos sejam respeitados, onde possam plantar sem que sejam coagidos, um mundo em que possam ser o que são: Camponeses.

A esperança por serem assentados e direito de colocarem suas roças é os que lhes cercam, é um desejo e vontade comum entre as famílias acampadas à Beira da estrada, com objetivo de seguirem firmes na luta em busca da queda do grande império – como os próprios acampados chamam a empresa Suzano – da tão sonhada divisão das terras e de sua liberdade de ser camponês sem que sejam atacados, coagidos e solapados.

Para esses camponeses o direito pela terra é algo que deveria ser inviolável, a reforma agrária deveria ser respeitada – assim como qualquer direito previsto em lei e constitucionalizado. São desafios propostos todos os dias, são lutas travadas constantemente.

Para os acampados é uma simples acomodação do atual Governo Federal em assentar os camponeses nas terras e lhes dar o que lhes é de direito. Mas eles não perdem a esperança de que sejam beneficiados com o programa da Reforma Agrária.

Em conversas informais com os acampados, todos possuem o mesmo desejo, a mesma esperança e em seus olhos a fé que carregam em conseguirem por direito a terra que já foi destinada para fim de reforma agrária.

Dona Zenilde dos Santos Silva, 63 anos, está na luta no acampamento Viva Deus desde 2009, morava em Imperatriz e era costureira. Hoje, se sente prejudicada em não poder exercer a sua profissão, em não poder está fazendo enxovais de bebê para ganhar um extra.

A explicação para não conseguir? A comunidade entrou com um pedido de ligação de energia na CEMAR, a empresa Suzano Papel e Celulose ao saber do pedido dos acampados, organizaram seu corpo jurídico e foram até a empresa CEMAR para solicitarem que o pedido dos acampados não fosse atendido, sob a alegação de que eles – a Suzano - que possuíam a posse da terra.

Tal fato mostra como a empresa tem poder sobre órgãos do governo. Dona Zenilde, é uma entre tantas mulheres que sentem falta de exercerem suas profissões por falta de condições que muitas vezes são barradas pela Suzano.

Dona Cleonice Lima Silva, 50 anos, 2 filhos, está na luta desde 2013. Espera o dia que será honrada com o decreto que destina a área para fim de reforma agrária, junto com seu esposo, os dois tem uma história muito bonita, pois lutam por um único objetivo. Cleonice enfrentou promotora de justiça, que foi paga para despejá-los em uma outra ocupação antes de chegar na estrada do arroz. Ela que segurou “as pontas” quando a tal promotora quis despejá-los sem ter mandando de despejo. A mesma afirma que: *“Valdinar Barros, levou nós pra São Pedro da Água Branca, com nove dias teve um despejo. Chegemo lá nesse lugar, pelo fundo da fazenda... chegou lá o capim era mais alto que essa casa, jogou nós nesse capinzão lá, no inverno, nós em cima desse capim, ninguém via a cor desse capim , era só formiga de fogo e cobra cascavél... da beira da pista pra lá pra dentro era 6 quilômetro, ela nunca disse que era uma invasão. Com nove dias veio o despejo, meio mundo de pistoleiro, ainda briguei com a mulher que veio jogar nós pra fora, eles nem era policial era pistoleiro lá da*

*Açailândia, era policial para sendo pistoleiro, ela era promotora de justiça*”. (Fala retirada da entrevista feita com a Dona Cleonice).

Essa passagem da fala da Dona Cleonice, demonstra como foi um pouco da trajetória dela. Ela e o grupo de sem terra foram enganados diversas vezes, até que foram chamados pelo Silvio – hoje presidente da Associação de Agricultores Rurais Viva Deus– a ficarem nas terras que pertenciam a Ferro-Gusa Carajás, que depois passou a ser da Vale do Rio Doce e por fim da Suzano Papel e Celulose.

Os acampados foram atacados pela Suzano, o Senhor Carmir Barbosa da Silva, 69 anos, diz que o ataque foi na tentativa da Suzano barrar a entrada de invasores na área para que o número de famílias não aumentassem. Mais eles – os acampados não acreditam que tenha sido por causa disso.

Fotografia 2: Plantação de mandioca, milho e feijão no fundo do barraco do Senhor Carmim e Dona Zenilde.



**Fonte: Silva (2018).**

Se conversar com as 110 famílias que fazem parte do cadastro para receber seu lote de terra, fica explícito a coragem com que lutam contra o grande capital. A fé que carregam na sua luta diária, a agonia da incerteza do amanhã e a esperança de que finalmente o decreto

seja respeitado e consigam levar a diante a luta para outros camponeses e camponesas que iniciam a luta com o mesmo objetivo.

A imagem a cima demonstra que os acampados estão plantando para se (re)afirmarem enquanto camponês. A plantação de mandioca, milho e feijão, foi tirada do fundo da casa do Senhor Carmir (Sr. Barbosa), o mesmo diz que ainda vai plantar mais, que está preparando a terra para plantar.

A plantação iniciou como um processo de resistência contra a empresa Suzano Papel e Celulose, como forma de firmarem seus direitos e também para o auto consumo.

Os momentos de festa na comunidade são importantes para que se sigam unidos em prol do objetivo comunitário. O momento de festa é uma forma também de resistência. Antes das festas é feito uma avaliação dos passos que deram e dos próximos a serem dados.

Fotografia 3: Confraternização dos alunos do EJA, coordenado pela prof. Dra. Betânia Barroso.



Fonte: Silva (2018).

O camponês existe e resiste as forças produtivas dentro de um processo desigual e contraditório, é isso que faz surgir a luta, a resistência e a formação política. A necessidade de se organizarem para combaterem e vencerem o grande capital.

Nas palavras de Fabrini (2007) ele ressalta o que foi dito anteriormente

... é importante considerar que há um descompasso entre a modernização das forças produtivas e o desenvolvimento das forças sociais. A realidade aponta para a reprodução e existência do campesinato no processo contraditório e desigual das relações capitalistas, em que os camponeses, classe não tipicamente do modo de produção capitalista, têm se desenvolvido por meio das lutas e resistência nos diferentes movimentos sociais no campo. A consequência política e desenvolvimento são resultados de lutas e não necessariamente da modernização das forças produtivas (FABRINI, 2007, p. 12).

Dentro do processo de resistência, os camponeses desenvolvem diversas formas, seja no tratamento ambiental, seja no cultural, no econômico e no político. São ações que estão vinculadas ao seu movimento de plantação para auto consumo, que é também uma maneira de dizer não ao solapamento de suas terras pela monocultura de eucalipto.

#### **4.1 Formação territorial e conflito entre o Acampamento Viva Deus e a Empresa Suzano Papel e Celulose**

Fotografia 4: Imagem de um barraco de uma das 110 famílias que compõe a comunidade.



Fonte: Silva (2018).

O processo histórico do acampamento é bastante conturbado e um total descaso pelo estado – que de maneira aberta apoia os donos dos meios de produção para se beneficiar – o decreto presidencial assinado em janeiro de 2013, assinado pela presidente Dilma já está inválido.

Em 2006 o presidente do STTR- Imperatriz transferiu todas as famílias para a para Fazenda Tramontina, localizada no município de São Pedro da Água Branca. Nessa fazenda a capacidade para famílias era pouca, assim houve o retorno de um numero considerável de famílias para a Fazenda El Dourado, onde as próprias famílias resolveram lutar pelo seu direito a terra.

Com a chegada da empresa Suzano Papel e Celulose nos arredores do acampamento, os camponeses começaram travar lutas constantes e diárias com o grande capital que se materializava através da empresa- onde deixaram bem claro a intenção de lucro apenas e que não tinha nenhum projeto para a comunidade que iriam ser vizinhos.

Seguindo essa perspectiva política, econômica e social, propomos o estudo sobre a reestruturação produtiva do campo que provoca conflitos entre a empresa Suzano Papel e Celulose e os Acampados da Fazenda El Dourado, ambos localizados na Estrada do Arroz da cidade de Imperatriz-MA.

A história da luta dos acampados do Viva Deus, na Estrada do Arroz, recém denominada MA Padre Josimo, teve início no ano de 2003, a partir da chegada de centenas de famílias coordenadas pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTR-Imperatriz), as quais acamparam no imóvel rural denominado Fazenda El Dourado, nas margens da Estrada, à 42 km de Imperatriz. No mesmo ano foi solicitado junto ao Incra que fosse feito uma vistoria para que aquelas famílias pudessem ser inseridas no plano da Reforma Agrária e conseguissem permanecer e ganhar o direito à terra na fazenda que estava sob judice e um processo administrativo, a vistoria foi feita.

Em virtude da área da fazenda Tramontina só poder assentar 39 famílias, das 300 famílias levadas para a então fazenda, tiveram que voltar 261 famílias para seus lugares de origem, como por exemplo, Imperatriz. Enquanto isso, a fazenda El Dourado continuava sob judice porém sem nenhuma família de trabalhadores sem-terra acampada na área, foi quando foi mobilizado o retorno das famílias, desde os acampados originalmente, como também, outras famílias que entraram na luta pela terra, para isso, foram realizadas reuniões em residências de companheiros em Imperatriz, desde então, decide-se ocupar a área novamente na beira da Estrada, agora amparados por um requerimento apresentado e protocolado no INCRA de Imperatriz, em 22 de Agosto de 2006.

Nesse período, um representante dos acampados, se propôs a ir buscar o apoio do Sindicato na pessoa do então presidente, o que foi negado, apesar da área ter sido reivindicada pelo próprio STTR-Imperatriz. Embora o apoio tenha sido negado verbalmente, pois não há documento que comprove, mesmo assim continuaram na luta, organizaram as associações, primeiramente, a Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais do Grupo Resistência da Estrada do Arroz, no acampamento Fazenda El Dourado e posteriormente a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES RURAIS VIVA DEUS, no acampamento Comunidade Viva Deus.

No ano de 2011, o acampamento Viva Deus passou a ser assediado pelos representantes da empresa Suzano Papel e Celulose, os quais afirmaram que a empresa teria interesse na área e que iria comprar a madeira de eucalipto plantada na fazenda, afirmaram também que a empresa não teria projeto social para a comunidade, chegando a afirmar, de acordo como presidente do Viva Deus, que a empresa não trabalhava com coração e sentimento, mas com dinheiro e com lucro e que a fábrica estaria se instalando, em breve, na Estrada do Arroz.

Durante a construção da fábrica, os representantes da mesma intensificaram a presença na área ocupada. Entre 2013 e 2014 a fábrica da Suzano foi construída na Estrada do Arroz. Em 30 de dezembro de 2014, foi publicado no Diário Oficial o decreto que destina a área total de, aproximadamente, 12.267 hectares. No decreto de 30 de dezembro de 2014, assinado pela presidente Dilma Rousseff, *“Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Eldorado, situado nos Municípios de Imperatriz e Cidelândia, Estado do Maranhão”*. (Retirado do próprio decreto).

. Em 2015, logo após a publicação do decreto a Suzano S.A retirou a madeira de Eucalipto das áreas próximas do acampamento, período de pouco sossego para os acampados. Durante a retirada houve a constatação da destruição das cercas dos fundos dos barracos pelas máquinas da Suzano S.A. sem nenhuma satisfação dada as famílias prejudicadas.

O conflito pela terra se intensifica pela negação do camponês em deixar o Acampamento para que a empresa, expanda seus negócios, os camponeses além de ficarem expostos aos problemas causados pela Suzano são atacados fisicamente e estruturalmente. Em dezembro de 2016, os acampados foram ameaçados e tiveram seus barracos queimados e suas plantações envenenadas pela empresa de segurança que presta serviço à Suzano, estas empresas de segurança, consideramos como as novas milícias, jagunços e capangas do agronegócio.

O senhor Flávio, representante da Suzano, esteve no local onde referiu as seguintes palavras para justificação do ocorrido, claro que em defesa da empresa.

*Da cerca pra dentro ainda é uma área privada. Em janeiro essa situação se Deus quiser, até por nós essa situação vai tá resolvida. Certo? Se Deus quiser essa situação até janeiro tá resolvida, que não depende mais de nós. Se vocês quiserem eu mostro o acordo assinado pela Suzano, pela Vale e pelo Incra de São Luís, só quem não assinou foi o INCRA de Brasília, eu lhe mostro ele assinado... o Incra ia pagar os TDAs, né? Que é uma parte do processo, uma parte começa com aquele decreto que saiu em 2013, 30 de dezembro de 2013, só que o INCRA até agora não depositou nada. Aí o que é que tá acontecendo? Ele vai ter que entrar com uma ação judicial até sexta-feira para garantir que o decreto não decaia, porque se não o decreto vai decair e acabou foi desapropriação, e nem nós queremos isso, por quê? Porque já existe um acordo que são 110 famílias na beira da estrada cadastradas... o que acontece? Eu vou pedir ajuda de vocês: retirar os barracos que estão dentro da cerca para que ninguém plante mais nada, vamos deixar como tá, que até janeiro aqui, né, vamos mexer mais não, o rapaz foi até embora, o senhor viu! Certo? Os barracos pra margem da estrada da estrada. Em janeiro quando resolver esse assunto com o Incra poderá voltar, certo? É isso que a gente tá pedindo. Agora em dois, ou três dias passaremos aqui novamente, os barracos estando dentro nós teremos obrigação legal de entrar com ação de reintegração de posse.*

Fica nítido que o representante da Suzano faz referência ao decreto de foi assinado em 30 de dezembro de 2014 e fica mais nítido ainda a ameaça feita aos acampados. O referido decreto que dar direito a área da fazenda El Dolrado como área de reforma agrária. A causa do problema passa a ser político, social e econômico. Os capitalistas – entendidos aqui como a Empresa Suzano Papel e Celulose – podem ser comparados aos coronéis, visto que seus poderes e propósitos se aproximam

Fabrini (2007) mais uma vez vem com grandes estudos para fortalecer este trabalho, onde o mesmo afirma que:

Embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados capitalistas mundiais, a família se constitui numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades, consumo e sobrevivência do grupo (FABRINI, 2017, p. 25).

A partir daí pode-se perceber o conflito por diferentes intenções de possuir a terra. De um lado a monocultura de eucalipto que mata não só o solo, como também um bioma inteiro e de outro a preservação da natureza, plantando apenas aquilo que precisa para o próprio consumo e para ajudar na comunidade na qual pertencem.

O conflito se instala e os camponeses se vêem obrigados e agirem politicamente, visto

que, economicamente não possuem capital para isso. A organização política vem a ser uma necessidade do grupo para que não sejam solapados pelos capitalistas latifundiários.

Dentro desse processo podemos destacar também, a luta das quebradeiras de coco, dos indígenas, de posseiros e etc. contra a lógica mercadológica do capital, onde as quebradeiras de coco tem que pagar para poderem entrarem em fazendas para que seja feita a coleta do coco babaçu, de onde tiram o sustento de sua família. Onde os indígenas – diga-se de passagem os nativos- estão em constante luta por território.

Criemos todos coragem para nos juntar a esta causa, juntemos as mãos e lutemos ao lado de nossa classe, todos de mãos dadas contra o grande capital.

#### **4.2 A criminalização da luta**

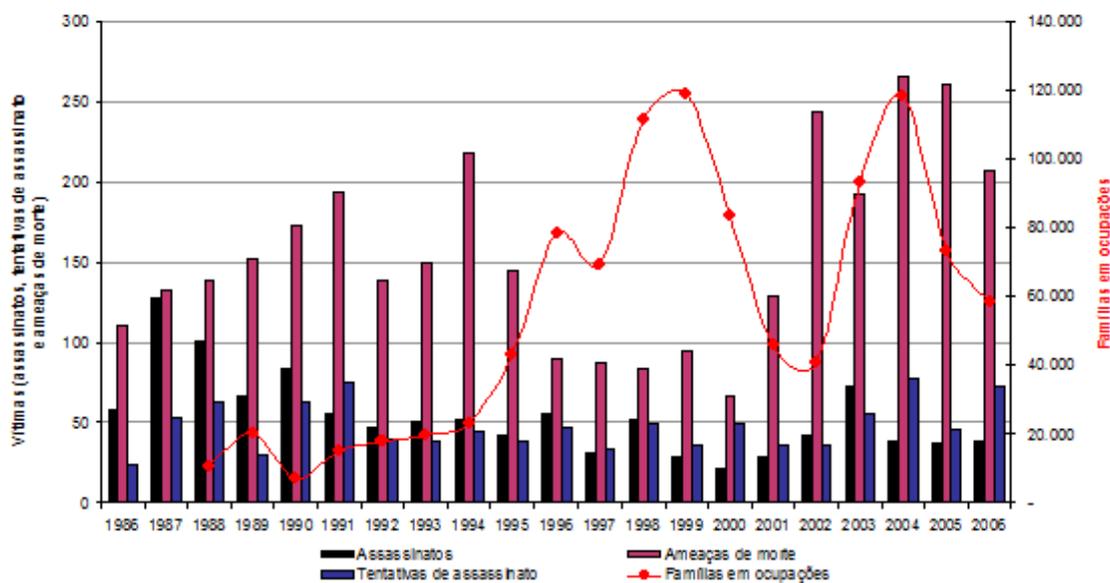
Outro mecanismo utilizado pelo agronegócio, para além da violência direta, é a criminalização da luta pela reforma agrária. Segundo Filho e Frigo (2010),

o processo de criminalização dos movimentos sociais combina-se com outras estratégias adotadas pelas classes dominantes como, por exemplo, a cooptação e a violência, com vistas a bloquear as lutas sociais por direitos (FILHO e FRIGO, 2010, p.01).

Vale ressaltar, e o caso entre a Suzano e Viva Deus não nos deixa enganar, que a violência direta aos sujeitos que lutam pela reforma agrária ainda continua sendo uma ação, constante do agronegócio, para tanto, destacamos o recente caso dos nove homens e uma mulher, integrantes da Liga dos Camponeses Pobres, mortos no município de Pau D'arco no Pará, em maio de 2017.

Levando em consideração o grande número de assassinatos e ameaças de morte de camponeses e trabalhadores rurais, o gráfico abaixo tem por finalidade demonstrar o grande número de conflitos e claro que sempre “a corda arrebenta do lado mais fraco”.

**GRÁFICO 1.1 – Assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato de camponeses e trabalhadores rurais**



Dados: OIT e DATALUTA - Org.: Eduardo Paulon Girardi

rais – 1986-2006

A criminalização da luta pela terra só é possível devido a simbiose Estado/Agronegócio, quando os agentes do capital do campo atuam como força e aparelho do Estado, criando mecanismos para tal, como por exemplo, prisões, inquéritos policiais, comissão parlamentar de inquérito, fiscalizações “dirigidas”, mandados judiciais de busca e apreensão, etc. (*Idem*). No caso estudado, o presidente do acampamento Viva Deus já foi denunciado várias vezes por crime de incêndio ambiental pela Suzano, sendo que nenhuma acusação foi comprovada.

Todas essas medidas contra os acampados é resultado da própria resistência e luta dos mesmos contra os interesses da Suzano, a qual, mesmo com influências diretas no Inkra de Imperatriz, associações de pequenos produtores, no próprio sindicato dos trabalhadores e trabalhadores rurais de Imperatriz, não conseguiu desarticular o acampamento.

Devido ao posicionamento dos acampados do Viva Deus irem de encontro aos interesses da Suzano, o Inkra de Imperatriz vem tendo um tratamento não amigável com os mesmos, o que podemos considerar como assédio a partir de documentos que afirmam que famílias acampadas estão, supostamente, descumprindo acordos de modelos de condutas, os quais vem afirmando, principalmente após a retirada da madeira pela Suzano S.A, que essas famílias, em especial o presidente da associação, poderiam perder o direito, legítimo, do acesso à terra.

Esse processo de criminalização da luta pelo acesso à terra da Fazenda El Dourado,

inicia-se em 06 de Setembro de 2013, quando as empresas Suzano S.A. e Vale S.A. leva à judice as famílias acampadas sob a demanda de esbulho. No entanto, a determinação do Juiz à demanda foi que tal acusação é infundada já que a fazenda El Dourado está em processo de desapropriação em Brasília, ou seja, destinada aos trabalhadores rurais.

Em 15 de Dezembro de 2014, ou seja, 16 dias antes da publicação do decreto no Diário Oficial, a Suzano S.A. apresentou a proposta, em reunião na sede do INCRA com os representantes das Associações das famílias acampadas, o INCRA e o STTR-Imperatriz, de locar as famílias em uma área da fazenda El Dourado para construção de uma vila. Vale ressaltar um fato curioso que os representantes da Suzano S.A, nesta reunião, ocuparam a cadeira da chefia do INCRA, numa tentativa de intimidação.

Outro fato merecedor de destaque e que foi registrado em vídeo, nessa reunião, foi o posicionamento de um funcionário do INCRA quando afirmou que caso a fazenda El Dourado seja conquistada pelos trabalhadores e trabalhadoras, estes iriam ocupar a terra para o cultivo de maconha, o que prova o caráter e compromisso do funcionário do órgão público federal responsável pela Reforma Agrária para com os interesses dos trabalhadores.

Partindo do reconhecimento e da legalidade da luta pelo acesso à terra, a Associação Viva Deus se posicionou, diferentemente da representante da Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais, contra essa proposta da Suzano S.A. da permissão do acesso ao imóvel, pois como a área estava em processo de desapropriação tal acesso poderia ser considerado como invasão indevida e prejudicar o processo em andamento, tanto que, 16 dias depois, a fazenda foi destinada à Reforma Agrária.

Outro episódio de criminalização da luta ocorreu no dia 06 de Outubro de 2015, com a denúncia, por parte da Suzano S.A, à delegacia de Imperatriz que afirmava que o presidente da Associação Viva Deus teria provocado um incêndio criminoso na área no dia 05 de Outubro de 2015, o qual foi intimado, dias depois, a depor na presença do Delegado, o qual foi negado, em depoimento, a autoria por parte do presidente. No mesmo dia dessa denúncia, o nosso presidente foi ameaçado na comunidade por um funcionário da Suzano S.A. Vale destacar que tal incêndio provocou grandes perdas as famílias acampadas, queimando cinco barracos com todos os bens dos acampados dentro, ocasionando um prejuízo incalculável e destruindo pequenas plantações. Ressaltamos que tal ocorrido, em especial os prejuízos sofridos por nós, foram levados ao conhecimento do Incra de Imperatriz o qual não tomou nenhum tipo providência para reverter a situação dos prejuízos tomados pelos acampados.

Durante todo esse processo de litígio entre os trabalhadores acampados e a Suzano S.A. o Incra nacional passa por uma grande investigação do Tribunal de Contas da União (TCU),

os motivos de tais investigações são diversos, desde suspeitas de irregularidades na constituição de assentamentos, como a própria tentativa de dismantelar o único órgão federal destinado à Reforma Agrária. Ao mesmo tempo que se desenvolvia essas investigações, para agravar a situação das famílias acampadas, foram suspensas as distribuições das sextas básicas, a qual permanece até hoje.

Esperando uma resposta, um posicionamento do Incra sobre tal investigação, com medo do risco de serem atingidos por essa ação, os trabalhadores se organizam em defesa do órgão, no entanto, em Imperatriz, o posicionamento deste tem sido o oposto das expectativas das famílias trabalhadoras rurais, em especial as acampadas da Estrada do Arroz vinculadas à Associação Viva Deus, onde o Incra tem investido em posturas duvidosas, determinando, advertindo, pressionando, assediando e ameaçando os trabalhadores e trabalhadoras acampados em tirar seus direitos de acesso à terra, alegando, por exemplo, que as famílias da Viva Deus estão adentrando na área com grandes aberturas, como também ateando fogo na área.

No entanto, toda atividade realizada pelas famílias acampadas são de mínimo impacto, ou seja, apenas nos fundos dos barracos para realização da limpa para a plantação de subsistência, ou seja, uma prática tradicional camponesa voltada para o cultivo e para garantir a reprodução da vida. Ao longo de todo esse período de acampamento as famílias acampadas sofreram diversas e diferentes ameaças por parte de funcionários da Suzano S.A.

Com base na afirmação anterior, vê-se uma violência imposta por meio do poder cedido ao latifundiário pelo Estado. Com isso os acampados ficam de “mãos atadas”. Sobre tal fato, Leonilde (1993) aponta que:

O confronto direto com os “patrões”, com o “latifúndio”, através da luta de resistência na terra, em grande parte dos casos assume caráter local e individualizado e tende, quase sempre, a ser resolvido pelo poder dos grandes proprietários, na esfera de seus domínios, privatizando o conflito, sem mediação dos instrumentos legais e institucionais disponíveis (LEONILDE SERVOLO, 1993, p.10).

Mesmo com todas as adversidades continuamos na luta e na tentativa de amenizar os problemas da vida das famílias acampadas, reivindicamos, por exemplo, a ligação da energia elétrica, a qual o Incra de Imperatriz não apoia, mesmo o ouvidor agrário de Brasília tendo solicitado a ligação à empresa responsável, o que nos dá a sensação de que o Incra de Imperatriz está mais preocupado com os interesses da Suzano S.A do que com os das famílias trabalhadoras acampadas.

Na tentativa de intimidar a luta das famílias acampadas vinculadas a Associação Viva

Deus, devido seus posicionamentos contrários aos interesses da Suzano S.A, um servidor do Incra levou um documento, assinado pela chefia do Incra de Imperatriz, na residência da irmã do presidente da nossa Associação, onde este e sua mãe ficam enquanto estão na cidade de Imperatriz. Tal documento foi lido e seu conteúdo baseava-se em advertências e reprovação de comportamentos dos acampados na área, chegando, mais uma vez, a afirmar da possibilidade da retirada do direito ao acesso à terra.

Tal postura arbitrária e insensível com a luta e com o modo de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo ocasionou, como não podia deixar de ser, a irritação da mãe do nosso presidente, que também está na luta pela Reforma Agrária e de tanto lutar e passar anos acampada e devido à sua idade desenvolveu hipertensão o que a levou a tomar remédios controlados, que devido a postura do servidor a mesma necessitou de cuidados.

Com a constante perseguição e destruição dos direitos dos acampados da Viva Deus, a palavra latifúndio vem carregada de agressividade, propriedade, proprietária (inclusive no que tange a Reforma Agrária) e significado também de atraso tecnológico, atraso de direitos.

“latifúndio”, que se constituiu não só como equivalente de grande propriedade, de atraso tecnológico e improdutividade mas também, e talvez principalmente, como sinônimo de relações de poder, de opressão, de ausência de direitos (LEONILDE SERVOLO, 1993, p.7).

Com a necessidade de criar políticas públicas para aqueles que habitam no campo, o Estado brasileiro seria objeto de interpelação – responsável por garantir os direitos constitucionais dos trabalhadores rurais – porém o que se vê é um Estado que protagoniza políticas que favorecem o capital e as coloca em prática a fim de exercer o controle social. Ao mesmo tempo em que o Estado cria e direciona políticas destrutivas do Capital para as reformas na legislação trabalhista do indivíduo também freia o poder de mobilização e confrontação dos trabalhadores envolvidos na Luta pela Terra e pela Reforma Agrária.

A questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital e um dos principais bloqueios para o alavancamento da luta pela Terra por parte dos movimentos sociais e também para a Reforma Agrária.

Tal cenário trás várias visualizações sobre a reestruturação do campo e como ocorre os conflitos entre os acampados da Viva Deus e a Suzano (empresa que planta e cultiva eucalipto). Existem diversas teses, artigos, monografias, entre outros, que discutem esse tema e pode ser analisado nas diversas áreas do conhecimento, é nessa discussão de conflitos entre estado e camponês que acreditamos que tal pesquisa pode contribuir para um debate político,

social e voltados para políticas públicas no campo no que diz respeito a reestruturação produtiva no campo e os conflitos gerado entre o camponês e o grande capital.

Como aponta Leonilde (1993)

“As estatísticas sobre violências físicas, torturas e assassinatos de trabalhadores, lideranças sindicais, agentes de pastoral são, os indicadores mais significativos de uma cultura política em que a figura do pistoleiro de aluguel é uma presença forte” (LEONILDE SERVOLO, 1993, p.11).

Violência essa que se transveste de descumprimento de qualquer tipo de legislação que seria direito dos trabalhadores rurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os diferentes aspectos apresentados da luta pela terra no cenário da reestruturação produtiva no campo maranhense, é que temos a respectiva pesquisa não só como um instrumento acadêmico que visa contribuir para com o desenvolvimento de análises sociais do fenômeno, mas, principalmente, de servir como mais um instrumento de luta dos acampados do Viva Deus, denunciando as relações perversas entre Estado e o agronegócio e as investidas deste último na desarticulação dos sujeitos em resistência.

Com a reestruturação produtiva, a forma de se reinventar do capital, aqueles que dependem da terra para subsistência ficam de “mãos atadas”, visto que não possuem os mesmos mecanismos de luta que o grande capitalista.

O governo não age para promover uma divisão de terras, justa e igualitária, o histórico da situação agrária brasileira sucintamente pode ser observada nessas três etapas Colônia - Império - República, o que esses três períodos possui em comum é a concentração de poder, que está inerente não somente com o poder em si, dos governantes, mas com o poder de oportunidades, com a concentração de terras, ou seja, é o tipo de estratégia adotada pelo capital para produzir “à custa” do campesinato.

O grande desafio lançado aos sem terra é justamente forma de lutas, de combate, tudo para resistirem e não serem engolidos pelo grande capital. Com a concentração de poder vem também a concentração de terra e o solapamento de camponeses, indígenas, quebradeiras de coco. Todos em busca de um objetivo: a terra. O camponês vem construindo seu lugar social através de lutas e resistências registradas em diversos espaços e diferentes momentos históricos.

A reestruturação produtiva pode ser considerada sinônimo de sofrimento para os camponeses, visto que tal configuração do capital visa apenas o lucro, o solapamento da terra e conseqüentemente a desistência da luta de homens e mulheres que dia após dia lidam com a terra.

Segundo João Edmilson Fabrini (2017),

A compreensão hegemônica foi de que o campesinato não teria lugar na sociedade com a intensificação e mundialização das relações capitalistas. O progresso da sociedade representado pela modernização das forças produtivas tenderia a eliminar as relações sociais de produção “atrasadas”, como a camponesa (FABRINI, 2007, p. 9).

Diante a resistência dos camponeses em saírem das terras que já foram designadas para

fins de reforma agrária, faltando apenas a demarcação do Incra, é que os grandes capitalistas não aceitam o camponês ainda existir, visto que para eles essa forma de vida é atrasada e inconveniente para os negócios do capital selvagem.

Torna-se necessário levar essas pautas para além dos muros das universidades, unirmos com os sem terra para que juntos alcancemos o objetivo em prol de todas as classes que são subjugadas e tendem a solapar com o empreendimento capitalista. Afinal de contas, se o campo não planta, a cidade não janta.

A luta é constante e a cada dia surgem novos sujeitos dentro da luta para agregar força. Recentemente, quando a pesquisa já estava sendo concluída, surgem um novo grupo de acampados as margens da BR, alguns metros antes do Acampamento Viva Deus. Tal fato demonstra a dificuldade de se estudar um movimento que está em constante movimento e ações.

Esta pesquisa não está finalizada, foi concluída para um ciclo da graduação, porém a pesquisa continuará com intenção de denunciar o empreendimento capitalista que tanto prejudica a todos e solapa os camponeses.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\_\_\_\_\_. *A questão agrária na década de 90/* coordenado por João Pedro Stédile; Jacob Gorender... [et al.]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

\_\_\_\_\_. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias.* São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2019.

\_\_\_\_\_. *Os Sentidos do Trabalho (Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho).* São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.

ALVES, Vicente Eudes Lemos e NÓBREGA, Mariana Leal Conceição, *Os novos desafios das populações agroextrativistas na Amazônia diante da instalação da empresa Suzano Papel e Celulose na região tocantina maranhense,* 2016.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: *Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2006, p. 15-26.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfozes e a Centralidade do Mundo do Trabalho.* São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 1995.

ARROYO, M.; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Educação Básica e o Movimento Social.* Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 1999.

DATALUTA, Boletim. *Reconceitualizando a Reforma Agrária. NERA - Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária,* <http://www4.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta> . Boletim DATALUTA, julho de 2010.

DUARTE, Filipe Correia, *A expansão da monocultura de eucalipto no noroeste fluminense e seu potencial para a geração de conflitos socioambientais,* 2012.

FABRINI, José Edmilson, *A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.* Jul, dez. 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos, *A Crise Agrária. Rio de Janeiro,* 1982.

HARVEY, David, *17 contradições e o fim do capitalismo.* 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço.* Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace.* 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

LEFEBVRE, Henry. *The production of Space.* Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de, *Reforma Agrária: Concepções, Controvérsias e Questões,*

setembro de 1993.

MÉSZÁROS, István, 1930. A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado/ István Mészáros; tradução Maria Izabel Lagoa. – ed. – São Paulo : Boitempo, 2015. (Mundo do Trabalho).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2017, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2017, 184p.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária, sd. P. 87-108.

PERPETUA, Guilherme Marine, *Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo*, 2016.

Publicado em THOMAS JUNIOR, A. Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2002.  
[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/Reestruturacao\\_Produtiva\\_do\\_Capital\\_no\\_Campo.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Reestruturacao_Produtiva_do_Capital_no_Campo.pdf)

SOUZA, Jessé, *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*, Rio de Janeiro : Leya, 2016. 144 p.